

A POLÍTICA COMO OBJETO DE ESTUDO. TITO LÍVIO E A REFLEXÃO HISTORIOGRÁFICA ROMANA DO SÉCULO I a. C.

Breno Battistin Sebastiani

Doutorando em História Social-FFLCH/USP

Professor de Língua e Literatura Grega do DLCV-FFLCH/USP

Resumo

Este texto objetiva discutir os significados modernamente históricos e literários da esfera política enquanto conteúdo diretor da obra de Tito Lívio. Para tanto é necessário analisar previamente a origem da conceituação desse conteúdo enquanto objeto historiográfico, sua presença no pensamento romano do século I a.C. e a influência que ambos teriam exercido sobre o historiador.

Palavras-Chave

República Romana • Política Romana • Historiografia Romana

Abstract

The text deals with historical and literary modern meanings of politics in Livy's *Ab urbe condita*. Firstly we examine its origin as an historiographical subject, its presence in I B.C. Roman scholarship and the influence both have exerted upon the historian.

Keywords

Roman Republic • Roman Politics • Roman Historiography

Tito Lívio empreendeu relatar a história de Roma *ab urbe condita*, tendo iniciado a redação entre 27 e 25 a.C. O fato de ser o primeiro historiador romano não pertencente à aristocracia senatorial não o impediu de centralizar seu relato na narrativa das sucessivas guerras travadas pela *urbs* para defesa e expansão de seu próprio território, guerras cujo planejamento, condução e sucesso dependeram da atuação política de uma aristocracia cada vez mais consciente de sua posição e determinada a mantê-la e reforçá-la. Este texto objetiva discutir os significados modernamente históricos e historiográficos dessa esfera política enquanto conteúdo diretor da obra do historiador. Para tanto é necessário analisar previamente algo das origens da conceituação desse conteúdo enquanto objeto historiográfico, sua presença no pensamento romano do século I a.C. e a influência que ambos teriam exercido sobre Tito Lívio.

Ao iniciar a redação de sua obra (I, 1), Heródoto (V a.C.) informa ser ela uma *demonstração de história* (*ἱστορίας ἀπόδειξις*). Aparentemente tão familiar, a idéia de *história* transmitida pelo historiador não se reporta ao gênero literário modernamente conhecido, mas constitui parte do método de pesquisa empregado pelo autor chamado atualmente de historiador. Ligada etimologicamente ao verbo grego **εἶδω*, que guarda também a noção de *ver, perceber pelo intelecto*, a idéia de *história* apresentada por Heródoto sintetiza o fruto das observações operadas ao longo de suas viagens de conhecimento pelos mundos grego e bárbaro. O conteúdo de sua obra se subordina ao alcance de sua experiência pessoal na apreensão desse conhecimento, ou seja, o autor só escreve porque conhece algo empiricamente, e não porque especule acerca de algo que creia saber.

Tucídides (V-IV a.C.) por sua vez informa em seu prólogo (I, 1) que *compôs em prosa a guerra* (*ξυνέγραψε τὸν πόλεμον*) *entre os peloponésios e atenienses*, guerra cujo desenrolar vivenciou completamente¹. Também ele está inteiramente presente em sua narrativa, dado que condicionada à circunstância de sua participação no processo narrado. Assim como Heródoto, Tucídides narra o fruto de sua própria experiência pessoal.

Esses dois exemplos são significativos para demonstrar que no mundo grego os autores de uma obra modernamente chamada historiográfica só escreviam sobre fatos por eles próprios vivenciados. Devido a isso, seu método de trabalho

¹ Cf. Tuc., V, 26, 5: *tendo vivenciado tudo isso, compreendendo com a idade e aplicando o juízo conhecerei algo preciso*. Em tempo: todas as traduções são de responsabilidade do autor.

estava condicionado às faculdades humanas de que dispunham para apreender o fato delimitado como conteúdo da narrativa, o qual forçosamente se circunscrevia ao presente e ao passado que, ao final da redação da obra, era próximo do contexto historiado e ainda ecoava na memória do leitor. Quando tratavam de um passado muito recuado, quase apagado da memória dos contemporâneos e freqüentemente encerrado em versões míticas, tinham de recorrer a métodos indiretos para sua apreensão, de cuja imprecisão tinham consciência. Por isso só o faziam em caso de muita necessidade, como os vinte e três primeiros parágrafos de Tucídides, e para ilustração contextualizante do restante da narrativa, centrada basicamente na temporalidade próxima do historiador.

Essa atitude historiográfica definida pela historiografia grega clássica é recebida como legado por alguns autores de Roma do século I a.C.

César publicou as anotações que fazia a respeito de suas expedições na Gália e por ocasião das Guerras Civis. Não constituíam propriamente obra de história, mas um substrato destinado a futuros historiadores que necessitassem de documentos para falar sobre aquelas circunstâncias.

Cícero, por sua vez, muito embora não tenha escrito uma narrativa histórica, deixou teorias a respeito de quem seria seu autor ideal inspiradas na tradição historiográfica grega. Na carta que escreve em 56 a.C. a Luceio, historiador e político, pedindo que redija uma monografia sobre o ano de 63 a.C. e seus atos no exercício do consulado por ocasião da Conjuração de Catilina, Cícero diz (*Fam.*, V, 12, 7) por que o amigo pode ser tido por um historiador competente: afirma que ele é homem de *autoridade, ilustre, notável, conhecedor dos maiores e mais importantes assuntos de Estado e apreciado entre os primeiros cidadãos*. Historiador e político, Luceio era o homem mais indicado para escrever sobre o amigo: acusara Catilina ao fim de 64 a.C. e, depois de tentar ocupar o consulado em 60 a.C., abandonou a política para dedicar-se à história. De modo semelhante a Políbio, para quem o exercício da política² gerava *ἐμπειρία*, experiência prática que somada ao conhecimento geográfico e intelectual daria ao historiador todas as ferramentas necessárias para a composição de uma narrativa historiográfica, Cícero atribui um nome ao historiador ideal

² Pol., XII, 25g, 1-4: *a respeito dos acontecimentos de guerra, não é possível que aquele que não tem nenhuma experiência dos labores guerreiros escreva bem, nem a respeito de constituições o indivíduo que não experimentou dessas ações e circunstâncias.*

(Luceio)³ e centraliza na prática política a base não só da experiência prática, mas também do conhecimento necessário ao historiador. Para Cícero o exercício da política é fonte de *auctoritas*, definida neste contexto de modo análogo à ἐμπειρία polibiana, ou seja, como combinação de raciocínio analítico e conhecimentos adquiridos que capacita o historiador para traduzir em palavras tanto a realidade vivida quanto a experiência dela advinda, com o máximo de clareza e fidelidade, possibilitando ao leitor quase que participar dos fatos que lê. A importância do autor da narrativa é avaliada em termos de quão bem ele é capaz de espelhar a realidade sob forma discursiva, viabilizando seu fundamento na realidade da presença cognitiva⁴. Assim, sua *auctoritas* é dupla, porque política e literária⁵: Luceio é o homem ideal para escrever sobre Cícero, pois possui experiência política e talento literário suficiente para apresentar as ações do amigo sob o prisma conveniente.

A forma tal qual atualmente conhecemos as cartas de Cícero é produto de sua primeira publicação, ocorrida durante o segundo triunvirato. Inimigos políticos do orador, os triúmviros de 43 a.C. o executaram. Na busca pelo poder supremo, Otaviano viu na publicação da correspondência de Cícero não apenas uma maneira de inocentar-se do crime, mas principalmente um modo bastante eficaz de desacreditar seus oponentes⁶. Tendo isso em mente, torna-se necessário analisar o deslocamento temporal operado por Salústio: a redação de sua *Guerra de Jugurta* se situa entre 43 e 42 a.C., portanto contemporânea da publicação das cartas de Cícero, o que torna problemático afirmar que o historiador conhecia o conteúdo das cartas de seu inimigo político. Redigindo sob

³ A escolha de Luceio não é fortuita: segundo HERNÁNDEZ, M. V. “Cicerón creador de su imagen política: *Fam.*, V, 12”. *Faventia 19.1*, 1997, p. 29 Cícero havia escrito cartas de recomendação para parentes do historiador, além de prestar-lhe apoio quando de seu fracassado projeto de candidatar-se ao consulado em 60 a.C.: os *negotia* políticos entre os *boni* regiam-se por uma *mutatio officiorum* marcada por *beneficentia et liberalitas*, na qual Cícero, que havia prestado um favor (*dare*), colocava o amigo na situação de *accipere* o encargo pedido.

⁴ Cf. as conclusões de F. Pires relativas à questão do sujeito da narrativa em Tucídides: PIRES, F. M. *Mithistória*. São Paulo: Humanitas, 1999, p. 229.

⁵ HERNÁNDEZ, M. V. “Cicerón creador de su imagen política: *Fam.*, V, 12”. *Faventia 19.1*, 1997, p. 30.

⁶ CARCOPINO, J. *Les secrets de la correspondance de Cicéron*. Paris: L’artisan du livre, t. I, 1947, pp. 58-65.

uma perspectiva metodológica diferente daquela proposta pela historiografia grega, base teórica das formulações ciceroneanas acerca do historiador ideal, Salústio centra sua narrativa numa temporalidade já situada no passado remoto do qual poucas fontes restavam e sobre o qual era praticamente impossível encontrar para interrogar testemunhas oculares ainda vivas. Nascido em 86 a.C., trata de uma guerra ocorrida 27 anos antes (113-104 a.C.). Por que um contemporâneo de Cícero, conhecedor também dos cânones da historiografia grega, opera esse deslocamento, ou seja, trata de uma temporalidade que não apreendeu por experiência direta?

A *Guerra de Jugurta*, entre outras questões, discute em termos morais as atuações dos *optimates* e *populares* no Senado romano na disputa pelo comando da guerra que dá título à obra. Por trás das amplas possibilidades literárias oferecidas pelo assunto (personalidades de destaque, sucessos dramáticos, paisagens exóticas)⁷, foram motivações políticas que levaram o historiador a escrever, as quais implicam, no mundo romano, atuações na esfera militar, dadas as competências de magistraturas urbanas como o consulado e a pretura que encerram atribuições políticas e militares.

Se Salústio não vivenciou o período, conhecia todavia muito bem o ambiente senatorial e o jogo político romano, do qual participou sob auspícios de César, até retirar-se para escrever história. Muito mais do que uma forma de crítica indireta à sua própria época, o enfoque no passado remoto se baseia na convicção de que a experiência presente somada a algum outro instrumento teórico permitiria que o historiador se libertasse dos laços que o prendiam ao presente. Esse instrumento teórico se fundamentava numa idéia partilhada por Cícero e Salústio: a de que a história é tarefa de indivíduos capacitados para escrevê-la, cuja experiência política é tão somente o necessário requisito para que o conhecimento da maneira apropriada de escrever construa uma narrativa epistemologicamente veraz. Nas palavras de Cícero (*De o.*, II, 62): *não vês quão grande tarefa de orador seja a história?* Subgênero do gênero demonstrativo, o discurso da *historia* passa a ser regulado e institucionalizado pela

⁷ MAZZOLANI, in: SALUSTIO. *Guerra di Giugurta*. Milano: Rizzoli, pref. L. S. Mazzolani, 1983, p. 15.

retórica em Roma no século I a.C.⁸ A experiência pessoal torna-se subordinada ao necessário conhecimento da codificação retórica de um gênero literário. A pesquisa empírica do passado tem então seu campo de atuação ampliado: um indivíduo conhecedor das práticas retóricas podia escrever tanto sobre o presente experienciado quanto sobre o passado cuja maior ou menor escassez de vestígios condicionava a maior ou menor veracidade do relato. O método de trabalho do historiador não mais se centra no estabelecimento de uma verdade que corresponda diretamente à tradução literária de sua apreensão pessoal da realidade, mas à *ueritas* entendida em termos de *fides*, credibilidade emprestada à narrativa⁹. Enquanto construção retórica, a verdade se situa no plano da plausibilidade que o leitor encontra no relato, e não necessariamente na exata correspondência entre realidade e discurso.

Conjugado com a experiência pessoal em Salústio, o conhecimento retórico é erigido por Tito Lívio como o único fator de legitimidade de sua obra. Aprofundando as possibilidades narrativas já sinalizadas pelo primeiro, Tito Lívio escreve sobre o passado romano mais recuado sem jamais haver ocupado um cargo político ou militar, tendo dedicado toda sua maturidade e velhice à redação de seu trabalho. Opera, assim, uma cisão radical e única entre a necessidade de experiência pessoal e o domínio do cânone retórico: muito embora não tenha sobrevivido o texto liviano relativo à própria época do autor, não havendo, portanto, meio de se saber como ele tratou da relação entre experiência pessoal e relato de acontecimentos atuais, é possível afirmar que a cisão liviana reflete o aprofundamento consciente da principal característica da historiografia romana desde Fábio Píctor: a necessidade sempre reclamada do indissociável vínculo entre passado e presente, sempre retrabalhado e reinterpretado por todo historiador¹⁰, seja num prólogo explicativo, como Semprônio Asélio, Salústio e Tácito, seja num espaço apropriadamente maior, como a narrativa de Tito Lívio¹¹.

⁸ AMBRÓSIO, R. “Cícero e a história”. *Revista de história*, 147, 2002, p. 29. Cf. também *idem*, p. 12 e sua análise de *De o.*, II, 35-6.

⁹ CHIAPPETTA, A. “‘Não diferem o historiador e o poeta...’ O texto histórico como instrumento e objeto de trabalho”. *Lingua e literatura*, 22, 1996, p. 18.

¹⁰ FERRERO, L. *Rerum scriptor. Saggi sulla storiografia romana*. Roma: L’Erma di Bretschneider, 1970, pp. 19-20 demonstra a semelhança dos prefácios de Tucídides e de Salústio e Tácito via ênfase na reinterpretação do passado sempre à luz do presente.

¹¹ FERRERO, L. *Rerum scriptor. Saggi sulla storiografia romana*. Roma: L’Erma di Bretschneider, 1970, p. 110.

A preceituação retórica seguida por Tito Lívio para redigir sua obra corresponde à parte das discussões historiográficas ciceroneanas acerca do conteúdo e sua disposição estrutural dentro de uma narrativa histórica.

Quando trata do conteúdo, Cícero delimita a esfera política como cerne do relato do historiador. Tentando persuadir Luceio, o orador insiste que sua proposta é a que mais se presta para ser objeto de uma monografia histórica (*Fam.*, V, 12, 4): *parece-me poder ser elaborado um texto razoável desde o princípio da conjuração até a data do meu retorno, texto no qual poderás utilizar teu conhecimento das conjurações civis para explicar as causas das novidades ou quanto às soluções para os problemas, ocasião em que censurarás aquilo que julgardes deva ser criticado; e aprovarás as ações agradáveis ao expor suas razões e se, como costumás, julgares devas escrever com liberdade, apontarás a perfídia, os ardis e a traição de muitos contra mim.* A proposta feita ao amigo centrava-se na descrição de eventos ocorridos dentro de um arco de seis anos, do início da conjuração de Catilina (63 a.C.) até a volta do exílio (57 a.C.) que Cícero se auto-infligira¹².

Os seis anos delimitados por Cícero correspondem ao período em que sua vida pessoal quase se confunde com a intensidade de sua vida política. Pela preceituação ciceroneana relativa ao conteúdo da história, a esfera política é erigida como matéria em que se deve centrar a narrativa historiográfica. No *De oratore*, tratado escrito um ano após a carta a Luceio e no qual sintetiza seu raciocínio a respeito do agir historiográfico, Cícero identifica história com *res gestae* (*De o.*, II, 61; 63), os feitos, as ações ilustres dignas de memória histórica, circunscritas às esferas política e militar.

Quanto à ordem estrutural da disposição dos conteúdos, no *De oratore*, II, 63, Cícero afirma: *a composição se dá em termos de fatos e palavras. A seqüência dos fatos pressupõe a ordem cronológica e a descrição dos lugares; e é preciso que sejam observadas, quando são importantes e dignas de memória, primeiro as deliberações, depois as ações, por fim o sucedido. Com relação às*

¹² Eleito tribuno da plebe, Clódio, inimigo político do orador, promulga um projeto de lei, sem referir-se nominalmente a Cícero, propondo que fosse perpetuamente banido o cônsul que matara os conjurados de Catilina sem ter suas condenações legitimadas pelo apelo ao povo garantido por costumes imemoriais. Sem o apoio dos amigos, em março de 58 a.C., às vésperas da votação do projeto, Cícero foge de madrugada para a Grécia, voltando a Roma em setembro do ano seguinte. Cf. CARCOPINO, J. *Les secrets de la correspondance de Cicéron*. Paris: L'artisan du livre, t. I, 1947, pp. 318-319.

deliberações, o escritor deve indicar a que ele aprova. Sobre os fatos, declarar não só o que foi feito ou dito, mas também de que maneira o foi. Quando falar do sucedido, é preciso que narre não só as ações do acaso, da sabedoria, da temeridade e dos próprios homens, mas também a biografia e a natureza daqueles que são excelentes devido à reputação ou ao nome. O processo de estabelecimento dos fatos aponta diretamente para a esfera da política romana: a série deliberações-ações-sucedido se aplica às instituições da república responsáveis pelo exercício da política. *Deliberações* diz respeito ao Senado ou ao povo reunido em assembleias, o primeiro para debater assuntos de política externa, uma de suas competências¹³, o povo quando das eleições consulares, por exemplo. Já *ações* parece referir-se aos atos desempenhados por magistrados, como Cícero quando cônsul por ocasião da conjuração. *Sucedido* se reporta ao resultado provocado pelas ações, o qual implica alterações no cenário político que devem ser aquilatadas pelo historiador.

Quando se analisa a obra de Tito Lívio, percebe-se no Prefácio que o fato de o historiador não possuir qualquer experiência político-militar o leva a falar de fatores outros que no seu entender o qualificam para escrever história: *Não sei se valerá a pena relatar toda a história do povo romano desde os primórdios da cidade, e se soubesse não ousaria dizer, pois que vejo ser isso coisa antiga*

¹³ Eram cinco as esferas de competência do Senado conforme assinala F. de MARTINO, F. *Storia della costituzione romana*. Napoli: Eugenio Jovene, 2ª ed., vol. II, 1973, pp. 192 e ss: a) religiosa: nenhum templo era dedicado sem a autorização do Senado; b) direção militar: comportava três aspectos pelos quais o Senado respondia: declarações de guerra, distribuição de esferas de competência de magistrados (por exemplo, o sorteio das províncias) e organização das operações militares; c) negócios internacionais: muito embora todas as relações internacionais fossem primeiramente estabelecidas por um comandante em exercício, era necessário que uma assembleia permanente garantisse sua estabilidade, algo que a anualidade do comando não poderia garantir. Assim, todas as relações internacionais, como recebimento de embaixadas estrangeiras ou conclusão de tratados deveriam passar pelo crivo do Senado; d) negócios internos: é das esferas mais amplas do Senado, que poderia impedir um magistrado de assumir o cargo, declarando que havia sido *uitio creatus*; exercia atividade legislativa, controlando a aplicação da justiça, principalmente na área penal; controlava a atribuição e transmissão hereditária de nomes honoríficos; consentia a ereção de estátuas em locais públicos e decretava o triunfo para um comandante vitorioso; e) administração financeira: também uma vasta esfera de competências, talvez a mais importante: o Senado tinha poder quase ilimitado na administração de bens estatais e na imposição de tributos; recebia o butim enviado por um comandante; controlava os proventos das terras públicas bem como sua utilização; podia dispor irrestritamente do patrimônio público; regulava as despesas públicas; enviava dinheiro para comandantes em exercício; por fim, também se responsabilizava pela emissão de moeda.

e propalada, e os novos escritores sempre crerem que contribuem com algo mais preciso em relação aos fatos, ou que superam a rude antiqüidade pela arte do escrever. Como quer que seja, agradecer-me-á ter contribuído para com a história dos feitos do principal povo da terra; e se em meio a tamanha gama de escritores minha reputação permanecer na obscuridade, consolar-me-ei com a nobreza e grandeza daqueles que ultrapassarem meu nome. Além disso o assunto é coisa de obra imensa, pois remonta a mais de setecentos anos; de inícios modestos o império cresceu a tal ponto que hoje curva-se sob sua própria grandeza; e à maioria dos leitores não duvido que menos apreciarão as origens e as coisas próximas a elas, apressando-se rumo a estas novidades em meio às quais atualmente as forças de um povo há muito valoroso se destruíram a si próprias. Quanto a mim, ao contrário, pedirei esta recompensa pelo meu trabalho: que eu me afaste da observação dos males que nossa época presenciou durante tantos anos, durante tanto tempo quanto retomo na memória todas aquelas coisas antigas, desprovido de todo o cuidado que, embora não possa desviar do que é verdadeiro o ânimo de quem escreve, pode todavia torná-lo preocupado (Pref. 1-5). O historiador fala de seus predecessores, do assunto, dos leitores e de suas aspirações quanto à sua obra de maneira intencional: ao contrário de Heródoto e Tucídides, não experienciou a maior parcela cronológica do conteúdo de sua obra, dada sua extensão; ao contrário de César, Salústio e das qualificações de Luceio mencionadas por Cícero, Tito Lívio tinha conhecimentos apenas teóricos da esfera político-militar. Mais do que dirigir o pensamento do leitor para suas outras qualificações que não as fundadas na experiência pessoal, o emprego retórico dessas considerações nesse sentido evidencia o deslocamento operado pelo paduano quanto aos atributos necessários ao historiador. Seguindo os preceitos de Cícero, o historiador apresenta-se como *exornator rerum* (*De o.*, II, 54), ou seja, embelezador de assuntos, o que lhe possibilita ater-se exclusivamente à composição da narrativa e não necessariamente na experiência que constituía para os gregos fundamento metodológico¹⁴.

Se por um lado Tito Lívio não possui experiência político-militar, nem por isso sua obra deixa de centrar-se precisamente nessa esfera de atuação huma-

¹⁴ É Políbio o historiador que mais explicitamente a reclama (ver nota 2): XII, 25g, 1-4: *a respeito dos acontecimentos de guerra, não é possível que aquele que não tem nenhuma experiência [ἐμπειρίαν] dos labores guerreiros escreva bem, nem a respeito de constituições o indivíduo que não experimentou [τὸν μὴ πεπειραμένον] dessas ações e circunstâncias.*

na. Por outro lado, em nenhum momento de sua obra Tito Lívio esboça uma teoria política. “Criar uma estrutura narrativa coerente para seu material era mais importante para Lívio do que fazer análise política. Para um estudo do pensamento político romano Lívio é desapontador, não tanto porque carece de uma análise teórica explícita (ou porque as categorias analíticas não são sofisticadas), ou porque as intenções literárias têm prioridade, quanto porque ele é um romano escrevendo para romanos, e toma por admitido que as instituições políticas e sociais não precisam ser descritas explicitamente. Heródoto, Tucídides e seus sucessores tiveram de descrever as instituições atenienses e espartanas para uma audiência que incluía não espartanos e não atenienses; não havia necessidade para Lívio de explicar os poderes de um magistrado romano ou das assembléias”¹⁵.

Na Roma republicana as esferas política e militar nunca estiveram separadas. A expansão territorial, o uso da força militar e a exploração econômica das regiões submetidas atendia diretamente aos interesses da oligarquia que então se consolidava no domínio da cena política romana. Esse processo é claramente perceptível quando se analisa a constituição romana e os meios necessários para se chegar às mais altas magistraturas. O principal caminho para a ocupação de um alto cargo era o exercício de um bom comando, isto é, dar provas de saber manter a disciplina dos soldados e triunfar na cidade ostentando um butim valioso e os nomes de vários povos conquistados. Um bom comandante, na mentalidade romana, era aquele que enriquecia, engrandecia e expandia territorialmente as conquistas da cidade. Era aquele que beneficiava diretamente o cidadão-soldado romano, e que por isso era digno de ser eleito para os mais altos cargos. Por outro lado, quase todas as magistraturas romanas tinham por atribuição comandos militares, e só se adentrava à carreira política depois de dez anos de serviço militar. Ao ocupar uma magistratura *cum imperio*, o cidadão tinha por função exercer comandos militares e continuar, tal qual seus antecessores, a marcha das empresas bélicas.

Isso significa que a guerra nutria a política e vice-versa; não se fazia uma sem a outra, uma não existia em separado da outra. O cônsul convocava os comícios centuriados e comandava o exército. Se empreendesse uma guerra com sucesso,

¹⁵ WIEDEMANN, “Reflections of Roman political thought in Latin historical writing”, p. 523, in: *The Cambridge History of Greek and Roman Political Thought*. Ed. by C. Rowe, M. Schofield, S. Harrison, M. Lane. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

contribuía para o aumento do prestígio do grupo no Senado que o sustentava. Numa época em que a disputa política entre os vários grupos oligárquicos se acirrava, um comando competente somava preciosos pontos para o grupo a quem pertencia o comandante. E quanto mais prestígio um determinado grupo possuísse, mais poderosamente exercia sua influência no Senado, que detinha o comando supremo sobre a política externa e o envio de recursos para um comandante em exercício. Fechava-se assim o círculo prestígio político / influência no Senado / manutenção do comando / sucesso militar / prestígio político.

A presença da esfera político-militar na obra do paduano pode ser percebida quando se atenta para o significado de dois enunciados do Prefácio: *cada um por si as analise agudamente, qual vida, que costumes existiram, devido a que homens e por quais artes interna e externamente o império tenha sido produzido e aumentado; depois, pouco a pouco acabando a disciplina, como costumes diferentes invadiram os ânimos, depois de terem decaído cada vez mais, quando então começaram a se precipitar para esses tempos em que nem nossos erros nem soluções para eles podemos suportar. Sobretudo isto é salutar e frutífero no conhecimento dos fatos: que tu contemples todo tipo de exemplos que são testemunhos daquilo que é ilustre; a partir de então o que imitarás para teu benefício e para o de tua república, e aquilo que, vergonhoso pelo início ou pelo resultado, evitarás.* (Pref. 9-10).

Na primeira parte dessa passagem Tito Lívio enuncia a necessidade do conhecimento das circunstâncias humanas condicionantes da formação do império, entendido como processo e resultado do emprego de força militar e estratégias políticas coordenadas responsáveis pela constituição sócio-geográfica do mundo romano, e de como o abandono paulatino do fator militar fundamental para manter a estabilidade desse império, a disciplina, leva a uma época caótica. Nos dois momentos da enunciação em que comparece o elemento humano (as vidas, os costumes, os homens e as artes por um lado; a questão da disciplina por outro), a preocupação com o conhecimento de suas relações na esfera político-militar sinaliza um viés interpretativo característico da historiografia latina do período, a análise dos fatos pelo prisma das questões morais. No caso romano, a busca pelo conhecimento do *mos maiorum*, o costume dos ancestrais, coletânea em boa medida idealizada de parâmetros de comportamento passado socialmente aceitos e recomendados no século I a.C.

Mais do que conservadora, a preocupação em avaliar comportamentos e situações tendo por referência o *mos maiorum* evidencia uma visão de mundo aristocrática. O vocabulário de homens como Tito Lívio está forjado por sua

preocupação aristocrática com guerra e política. Eles interpretam o sucesso político e o fracasso inflexivelmente em termos morais. Reciprocamente, sua linguagem moral é essencialmente social e política.

Os aristocratas representavam seu ideal como herdado, fazendo apelo frequente ao amálgama de precedentes morais e constitucionais que descreviam como *mos maiorum*. Era fundamental o conhecimento da história e da tradição, por três razões. Primeiro, esses homens aprendiam sua ética de seus predecessores, especialmente de histórias exemplares de heroísmo. Segundo, a posição preeminente da elite tinha notavelmente pouca proteção na lei; ela se baseava em um poderoso respeito pelo precedente. Terceiro, a família, de preferência ao indivíduo, era a primeira fonte de reputação e de orgulho¹⁶.

Em Pref. 10 Tito Lívio enuncia a importância dos *exempla*¹⁷ “no conhecimento das coisas” (*in cognitione rerum*). Na obra de Tito Lívio, até uma certa data do desenvolvimento da história de Roma só serão encontrados bons exemplos, mas depois dela apenas exemplos negativos. Até 188 a.C. predominariam em Roma os exemplos a serem seguidos. A partir desta data, iniciada a decadência dos costumes, os exemplos a serem evitados. Salústio identifica (*Iug*, XLII) a destruição de Cartago em 146 a.C. como o início da corrupção dos costumes devido ao ócio, à luxúria e à indisciplina por parte da oligarquia governante (*Iug*, V, 1). Tito Lívio não afirma quando, em sua concepção do passado, a disciplina começou a ser abandonada.

É S. Mazzarino¹⁸ quem afirma que Tito Lívio localiza o início da decadência de Roma no ano de 188 a.C. Com efeito, em XXXIX, 6, Tito Lívio diz que depois do triunfo de Cneu Mânlio Vulsão sobre a Ásia, em 188 a.C., o luxo penetrou em Roma. Na última frase desse capítulo deixa claro seu parecer sobre o assunto: “*isso*

¹⁶ ATKINS, “Cicero”, pp. 481-482, in: *The Cambridge History of Greek and Roman Political Thought*. Ed. by C. Rowe, M. Schofield, S. Harrison, M. Lane. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

¹⁷ Sobre a importância dos *exempla* para Tito Lívio, cf. ALBRECHT, M. von *Storia della letteratura latina. Da Livio Andronico a Boezio*. Torino: Einaudi, trad. A. Setaioli, v. II, 1995, p. 858; BORNECQUE, H. *Tite-Live*. Paris: Boivin, 1933, p. 38 e Bayet, J. (introdução) - in: *TITE-LIVE - Histoire Romaine*. Paris: “Les Belles Lettres”, texte établi par J. Bayet et traduit par G. Baillet, tome I, livre I, 1947, p. xxxviii.

¹⁸ MAZZARINO, S. “Prólogo a respeito de dois conceitos muito antigos: império universal e decadência do Estado”, in: *O fim do mundo antigo*. São Paulo: Martins Fontes, trad. P. L. Cabra, 1991, p. 25.

tudo era a semente do que ainda estava por vir". Tito Lívio compartilha da visão bipolar de Salústio, porém recua a data do início da decadência.

Os *exempla* são o cerne da obra de Tito Lívio e constituem o eixo diretivo através do qual o historiador tece sua narrativa, bem como o motivo pelo qual seu trabalho provocou tanta repercussão. "A história de Lívio alcançou tal sucesso como o épico nacional romano que eclipsou todos os anteriores anais porque fornecia uma incrível série de *exempla*"¹⁹.

M. von Albrecht²⁰, enfatizando a importância dos conceitos morais na obra de Tito Lívio, afirma que "seria bastante apressado restringir a perspectiva do historiador a uma tendência pedagógica. O elemento moral se coloca num contexto antropológico mais amplo: trata-se dos comportamentos que contribuíram para a grandeza e para o declínio de Roma". Tendo em vista essa perspectiva²¹ percebe-se que o uso dos *exempla* por parte de Tito Lívio não é apenas um meio por ele encontrado para ministrar lições aos seus leitores. Antes é o meio por ele utilizado para explicar a história romana. Mais do que isso, um meio para explicar para si próprio os fatos que narra²². Nesse sentido é preciso perceber que a construção de *exempla* está desvinculada da preocupação de fornecer *exempla* políticos ou para homens ligados à política. Para muitos romanos a república tardia e o império nascente lembravam o século IV a.C. do mundo grego com sua participação política diminuída e um mundo fora de controle. Primeiro Salústio e depois Tito Lívio, assim como Xenofonte e Teopompo antes deles, enfatizaram o componente moral da história. O novo mundo político mostra que as figuras e os exemplos da história romana não tinham grande valor prático, mas preferencialmente força moral. Bons cidadãos exibem vir-

¹⁹ WIEDEMANN, "Reflections of Roman political thought in Latin historical writing", p. 522, in: *The Cambridge History of Greek and Roman Political Thought*. Ed. by C. Rowe, M. Schofield, S. Harrison, M. Lane. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

²⁰ *Storia della letteratura latina. Da Livio Andronico a Boezio*. Torino: Einaudi, trad. A. Setaioli, v. II, 1995, p. 855.

²¹ É preciso apenas ressaltar a estreiteza de se estudar o mundo romano em termos de grandeza e decadência. O argumento de M. von Albrecht é válido ao aquilatar o significado do elemento moral na ótica de Tito Lívio.

²² Cf. BORNECQUE, *Tite-Live*. Paris: Boivin, 1933, p. 140.

tudes universalmente válidas, qualquer que seja a forma de governo, e mesmo o cidadão comum, particular, pode aprender com as biografias dos grandes²³.

A importância legada pelos historiadores gregos e romanos aos *exempla* do passado reporta-se a Xenofonte²⁴ e a Isócrates²⁵. Muito embora a história de Tito Lívio seja estruturada pela descrição e análise de *exempla* político-militares, sua presença na narrativa constitui material de reflexão pessoal para leitores não necessariamente vinculados a essa esfera. Assim, semelhantemente ao orador grego a preocupação que norteia a reflexão política liviana é, como assinala A. Woodman²⁶, de fundo moral, e não prático, de acordo com a finalidade ética da retórica epidítica, censurar ou elogiar, cuja construção artística visa o belo ou o feio²⁷, portanto nada que se defina imediatamente como útil. A retórica pinta os caracteres com cores mais vivas precisamente porque exercitada acerca de uma época cronologicamente recuada e durante um período em que esses caracteres são reconhecidamente construções literárias, ao contrário das descrições contemporâneas feitas por outros historiadores que, muito embora expostas pela ótica subjetiva do autor, constituíam retratos algo mais acessíveis, cujo *exemplum* era passível de ser novamente praticado por parte do leitor instruído e perspicaz, pois que lidos durante uma época em que esse leitor ainda podia atuar política ou militarmente.

Poucos anos antes de Tito Lívio ter iniciado sua redação, em contexto judicial Cícero reclamava retoricamente haver procedido exatamente sob esse

²³ MARINCOLA, J. *Authority and tradition in ancient historiography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, reimp. 1999, p. 29.

²⁴ Xenof., *Mem.*, III, 5, 14-5: *agora então, disse Péricles, que faremos para recuperar a antiga excelência? E Sócrates: parece-me não ser segredo: caso retomemos as ocupações dos ancestrais, nada faremos pior do que eles, nem seremos piores. Caso não, imitando os primazes, ocupando-nos com eles nas mesmas coisas e servindo-nos deles, em nada seríamos piores do que aqueles, e quanto mais ocupados, tanto melhores.*

²⁵ MOMIGLIANO, "Il tempo nella storiografia antica", p. 89, in: MUSTI, D. (org.) *La storiografia greca. Guida storica e critica*. Roma-Bari: Laterza, 1979; GENTILI e CERRI, "La tradizione storiografica greca e la nascente storiografia romana", p. 157, in: MUSTI, D. (org.) *La storiografia greca. Guida storica e critica*. Roma-Bari: Laterza, 1979. O passo em que mais explicitamente o orador trata da questão está em Isóc., *Ad Nic.*, 35: *observa o que acontece e advém aos particulares e aos chefes a partir de seus atos; caso recordes o passado, melhor deliberarás sobre o futuro.*

²⁶ *Rhetoric in classical historiography*. Portland: Areopagitica Press, 1988, pp. 93-4.

²⁷ Arist., *Ret.*, 1358b27-9: *para os que elogiam e censuram, o fim é o belo e o feio.*

último ponto de vista. Em 62 a.C., defendendo o poeta Árquias da acusação de não possuir cidadania romana, Cícero exclama: *Todos os livros estão cheios, cheias as vozes dos sábios, cheia de exemplos a antigüidade, os quais permaneceriam todos nas trevas, se não sobreviesse a luz das letras. Quantos retratos de ilustres homens não só para contemplar, mas de fato para imitar nos deixaram os escritores gregos e latinos! Tendo-os sempre diante de mim no governo da república, modelava meu alento e inteligência pelo pensamento desses homens excelentes* (*Pro Archia*, 14). Àquele que já de fato governara a república (Cícero fora cônsul no ano anterior), a interessada retórica pode também sinalizar uma perspectiva pragmática acerca do estudo de antigas personalidades. Mas a relativa liberdade de exercer tal papel político-militar à época de Cícero praticamente havia desaparecido sob o principado de Augusto durante o qual Tito Lívio escrevia. A perspectiva ciceroneana pode haver fornecido ao paduano um método sob o qual estruturar o conteúdo de sua obra, mas que deveria ser redimensionado dada a necessidade de permanecer restrito à esfera literária, sem pretensões de tornar-se um manual de conduta político-militar. Sob essa ótica Tito Lívio foi entendido e analisado pela retórica latina; assim o principado o recebeu e viu na sua narrativa o contraponto em prosa do épico nacional romano já cantado por Vergílio.

Ainda em *Pref.* 10 percebe-se que a construção dos *exempla* assenta em uma cisão de cunho moralizante: uns servem de modelo de conduta, outros devem ser evitados. Sob essa perspectiva é significativo destacar a figura do Cipião Africano construída pelo historiador, que guarda em sua composição fases distintas nas quais atua ora como exemplo positivo, ora como reprovável.

Públio Cornélio Cipião, cognominado Africano após seu triunfo sobre os cartagineses e sobre o rei Sífax, nasceu em 235 a.C., em Roma, e faleceu em 183 a.C., provavelmente em Literno. As magistraturas por ele ocupadas compreendem uma edilidade (213 a.C.), dois consulados (205 e 195 a.C.), o principado do Senado por três lustros consecutivos (de 199 a 184 a.C.) e uma censura (199 a.C.). Triunfou em 201 a.C. sobre a África e partilhou da glória de seu irmão pela vitória sobre Antíoco III (190 a.C.). Ao final da vida, depois de ter sido processado (184 a.C.), retira-se para um exílio voluntário em Literno.

A carreira político-militar de Cipião é composta por três fases distintas, e cada uma delas fornece um tipo de *exemplum*. Iniciou-se na política ainda muito jovem; desempenhou brilhantemente suas funções militares, amparado pelo apoio do grupo cipiônico, freqüentemente abrindo precedentes constitucionais que o beneficiavam; manipulou elementos da religião e do pensamento popular

com vistas a garantir o apoio do povo; através de seus sucessos militares enriqueceu o Estado e aumentou seu domínio territorial. Até 201 a.C. sua carreira é atípica, meteórica e determinada por sua personalidade, e não pelo respeito ao *mos maiorum*. Até esse ano Cipião esteve envolvido num dos mais decisivos episódios da história romana, coberto de façanhas e riquezas, além de haver derrotado em batalha um general considerado invencível. Essa primeira fase, que vai de 211 a.C. até 201 a.C., é a fase da construção e do auge do poder e do prestígio de Cipião, e fornece o *exemplum* do comandante que por seu esforço e por importantes auxílios aproveita-se habilmente das circunstâncias e coloca-se como a personagem mais importante de seu tempo. Paralelamente à sua ambição também são assinalados a Cipião valores morais, a fim de caracterizá-lo como um comandante que sempre coloca o Estado acima de seus interesses. O jovem ambicioso que questiona e ameaça a autoridade do Senado²⁸ em 205 a.C., o que configura um exemplo a não ser seguido, é o mesmo que na Espanha recusa o odioso título de rei oferecido por populações por ele libertadas ou devolve generosamente a noiva intocada de um príncipe local²⁹.

A partir de 201 a.C., porém, o cenário muda: embora o grupo cipiônico ainda seja muito forte dentro do Senado, não há mais comandos militares de grande vulto. Cipião mantém seu prestígio ocupando um novo consulado, a censura e três principados do Senado consecutivos. Politicamente ainda é brilhante, mas militarmente está inativo. Para alguém que construiu seu poderio e seu prestígio através de surpreendentes e significativas vitórias em batalhas, permanecer militarmente inativo é o mesmo que abrir mão da fonte de poder. Essa segunda fase, que vai de 200 a.C. até 191 a.C., fornece o *exemplum* do homem já cheio de prestígio que dele se beneficia, sem contudo ter ao seu dispor as circunstâncias que forjaram seu poder. É um momento de fruição do prestígio e do poderio conquistados na primeira fase, que o levam a ocupar a magistratura mais alta da carreira política (a censura). Sem comandos significativos, diminui o poderio de Cipião, e as forças contrárias ao grupo cipiônico se reorganizam e passam a enfrentá-lo diretamente. Predomina o exemplo positivo, com destaque para a ocupação da censura com Públio Élio Peto em

²⁸ Cf. T. L., XXVIII, 40-44.

²⁹ Em 210-9 a.C. Cf. T.L., XXVII, 19 para a recusa do título de rei, e XXVI, 49-50, para a devolução da noiva.

*grande concórdia*³⁰, e os significados que cercam o principado do Senado. *Princeps senatus* era um título honorífico que conferia a um ex-magistrado de destacada importância a preeminência ao tomar a palavra no Senado. Não configurava atribuição de poderes, mas sim de prestígio, tanto maior quanto mais duradoura a ocupação do principado. Neste momento, Cipião é um homem coberto de glórias da Espanha e da África, já ocupou as magistraturas mais elevadas e ocupa pela segunda vez o consulado: seu imenso prestígio faz com que ele seja o homem mais poderoso de Roma no momento.

A partir de 190 a.C. entra em declínio também o prestígio de Cipião. Seus sucessos haviam incomodado muita gente; não era possível permitir que uma simples legação à Ásia reanimasse a chama de mais uma brilhante empresa bélica. Enfraquecido politicamente devido à inatividade militar do período anterior, Cipião é processado e termina seus dias fora de Roma, sem ocupar magistraturas nem comandos militares. Essa fase, que vai de 190 a.C. até 183 a.C., constitui o *exemplum* do homem dotado apenas de influência, mas sem poder efetivo, que é contido pela reorganização das forças que um dia tentara conter. A ausência de comandos significativos e o declínio do poder do grupo que o apoiava enfraquecem-no frente a seus adversários, que acabam por retirá-lo de vez do cenário político-militar romano. Predomina o exemplo negativo, salientado por ocasião de seu processo.

Em 190 a.C. Cipião é escolhido para ir à Grécia e à Síria como legado de seu irmão Lúcio, então cônsul. O objetivo de vencer Antíoco foi concretizado, e envolveu não só disputas militares como também diplomáticas. É sobre estas que recaem as acusações dos tribunos: entre outras coisas, em 184 a.C. Cipião é acusado de comportar-se como o verdadeiro comandante das operações, e não como legado. “Parece que Cipião efetivamente dissolveu a assembléia que ouvia o caso, retirando-se dela dramaticamente tão logo completou um discurso altamente emocional no qual recordava a seus ouvintes seus grandes serviços para Roma. Mas ele se colocou em uma posição difícil, pois desafiou um tribuno e recusou-se a responder às acusações”³¹.

³⁰ Cf. T.L., XXXII, 7, 2.

³¹ ASTIN, “Roman government and politics, 200-134 B.C.”, in: *The Cambridge Ancient History*. Ed. by A. E. Astin, F. W. Walbank F. B. A., M. W. Frederiksen, R. M. Ogilvie. 2ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, v. VIII: “Rome and the Mediterranean to 133 B. C.”, 1989, reimp. 2000, pp. 179-180.

Primeiramente Cipião desafiou a *potestas* tribunícia, negando-se a responder às acusações. Isso era um procedimento perigoso, não só pelo precedente que abria na constituição, mas porque à época o Senado era dominado pela facção ligada ao então censor Catão (184 a.C.), ferrenho opositor do grupo cipiônico e em particular das estratégias político-militares de Cipião, de quem fora questor em Siracusa³² (204 a.C.). Havia muito os tribunos da plebe agiam em consonância com as diretrizes do Senado. Via de regra os tribunos pertenciam aos extratos elevados da plebe, que participava do governo da república e tinha interesse em preservar a constituição. Assim não eram adversários do Senado, mas tornaram-se órgãos de controle constitucional e freqüentemente instrumento de luta política contra os magistrados maiores que entravam em conflito com o Senado ou recusavam-se a seguir suas disposições³³. Enfrentando os tribunos, Cipião enfrenta todo o grupo então dominante no Senado, recusando-se a manter o equilíbrio político que garantia o poder oligárquico.

Porém Cipião ainda lança mão de um recurso que sempre o favoreceu: volta-se para o povo, trata os populares por *quirites*, relembra o apoio que seus soldados lhe deram por tanto tempo, e invoca aqueles que ainda lhe eram favoráveis para segui-lo em sua peregrinação pela cidade. Apela para o elemento religioso que no começo de sua carreira rendeu-lhe admiração por parte da massa e apoio político nas assembleias populares. O povo o apóia; tal aclamação é maior do que aquela que recebeu quando do triunfo sobre a África. Mas em vão. Cipião sabe que o apoio popular só se transforma em apoio político quando a facção a ele favorável predomina no Senado. Não é o caso: a orientação do Senado é abertamente contrária às suas propostas. Só restou aos escritores aprovar ou condenar em termos morais ambas as condutas. Sabendo-se vencido, Cipião retira-se de Roma para não sofrer humilhação ainda maior.

O retrato político-militar de Cipião Africano construído por Tito Lívio, bem como todas as suas análises dessas esferas são fruto de reflexão e não de experiência pessoal direta, ao contrário do que caracterizava as obras dos historiadores greco-latinos que o precederam. Ao operar essa ruptura, Tito Lívio torna-se o primeiro historiador a transformar em objeto de estudo algo que

³² PLUTARCO, *Cat. Mai.*, 3, 7.

³³ De MARTINO, F. *Storia della costituzione romana*. Napoli: Eugenio Jovene, 2ª ed., vol. II, 1973, p. 247.

lhe era fruto de conhecimento indireto, seguindo a preceituação ciceroniana para a qual a história era tarefa de oradores. Ao traçar *exempla* morais, Tito Lívio reclama preocupações pedagógicas (Pref. 10), mas também procura afastar-se da observação das agruras de sua época (Pref. 5). Fruto da arte retórica, na concepção ciceroniana a história identifica a instrução do leitor e a preservação da memória como meio de entretenimento deleitoso. Nesse sentido, é produto da eloquência já desenvolvida, e sua função é ser um culto passatempo em horas de lazer: *Com efeito, ó Cátulo, disse Antônio, não costumo ler seus livros e alguns outros buscando alguma utilidade oratória, mas deleite, quando tenho lazer*³⁴. Ao contrário de Salústio (*Iug.*, IV), que se afastara da política para escrever criticamente história do passado, dadas as turbulências políticas de sua época, Tito Lívio utiliza seu *otium*, duas décadas depois, para refletir sobre o passado romano consciente de que a análise de guerras, estratégias políticas, conflitos de interesse e julgamentos morais a respeito só poderiam ser feitos exclusivamente com relação a essa temporalidade, restritos a uma das características da historiografia analítica, a reinterpretação do passado e ênfase em seu vínculo com o presente, e enquanto culto passatempo, pois que vivia um outro momento, durante o qual a centralização do poder nas mãos de Augusto obrigou o historiador a reformular com sutileza a própria tarefa, conduzindo a crítica em veículos permitidos.

³⁴ *De o.*, II, 59.